



voltar ao sumário

### Resumo

Neste artigo, o autor se dedica a abarcar uma das principais problemáticas da análise de controle (supervisão). A análise de controle serve tanto para a elucidação das problemáticas transferenciais-contratransferenciais presentes no tratamento quanto para possibilitar que se mantenha viva a enigmática questão que o/a analista em devir encontrou por ocasião de sua análise e que fez dele/a um/a analista. No melhor dos casos, pode permitir que o/a analista que com isso se confronta se posicione numa relação com seu grupo ou escola que seja menos "institucional" (submissão ao supereu institucional) e mais "insistucional" (insistência, na presença de "alguns outros", do desejo de que se autorizou para passar da posição de analisando/a para a de analista) e lhe possibilite permanecer analista de sessão em sessão.

### Palavras-chave

análise de controle/supervisão; enigma; ética; esquecimento; supereu.

### Autor(es)

Cláudia Ribeiro Ribeiro

Cláudia Ribeiro é psicanalista; jornalista, aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, docente e coordenadora clínica do curso "Fundamentos da Psicanálise | - Brasil/Moçambique" | - projeto de pesquisa de pós-doutorado de Helena Maria Medeiros Lima, pesquisadora do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise | - LATESFIP/USP.

### Notas

Tornou-se comum, nos meios psicanalíticos, afirmar que o controle<sup>1</sup> é uma necessidade na prática da análise. Afinal, não falamos de um tripé necessário para se tornar analista, composto de análise pessoal, formação teórica ministrada em uma escola analítica e análise de controle? Ainda assim, porém, essa prática continua sendo o parente pobre em termos de reflexões teóricas. É fato que as referências bibliográficas são pouco numerosas<sup>2</sup> e estão, sem dúvida,

### TEXTO

## O que podemos esperar de uma análise de "controle"? Em questão, a prática da supervisão na formação de analistas

*Em questão, a prática da supervisão na formação de analistas*

What can we expect from a "control" analysis? Under scrutiny, the practice of supervision in analyst training

Cláudia Ribeiro Ribeiro

Tradução Cleusa Pavan

Revisão Cláudia Berliner

Tornou-se comum, nos meios psicanalíticos, afirmar que o controle<sup>1</sup> é uma necessidade na prática da análise. Afinal, não falamos de um tripé necessário para se tornar analista, composto de análise pessoal, formação teórica ministrada em uma escola analítica e análise de controle? Ainda assim, porém, essa prática continua sendo o parente pobre em termos de reflexões

teóricas. É fato que as referências bibliográficas são pouco numerosas<sup>2</sup> e estão, sem dúvida, muito aquém da importância de que essa prática se reveste em nosso cotidiano.

O próprio nome dado a essa prática deve nos interrogar. Análise de *controle*! Etimologicamente, o termo francês *contrôle* refere-se ao duplo: trata-se de um "registro realizado de maneira duplicada para verificação de um outro". Controle refere-se à analidade e à duplicação. Podiam ter escolhido palavra pior para descrever a prática que visa acompanhar um colega desejoso de pensar os desafios e problemas de sua clínica? Os psicanalistas que propuseram substituir o termo "controle" pelo de "supervisão" esperavam, sem dúvida, atenuar essa desagradável dimensão de sujeição. Perda de tempo: a super-visão introduz o olhar em sua dimensão superegoica e, assim, abandonamos o campo da analidade para entrar no da vigilância paranoica. Controle e supervisão implicam, pelas conotações que essas palavras carregam, uma relação hierárquica, até mesmo autoritária e normativa, o que não deixa de levantar problemas quando se está no campo da psicanálise, que, desde seus primórdios, pretendeu ser um empreendimento de desalienação. Mesmo que continuemos a usar, neste artigo, os termos "controle" e "supervisão", uma vez que infelizmente essas expressões estão consagradas, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para o que há de problemático na manutenção dessa escolha e para o conteúdo latente, silenciado de modo excessivamente rápido, que esses dois termos implicam.

Na tentativa de sair da dimensão de alienação a que estão associados os termos "controle" e "supervisão", Lacan falará em 1975 de "super-escuta"<sup>3</sup>. Essa expressão é interessante por lembrar que a análise de controle é, assim como a análise pessoal, muito mais uma prática da escuta do que da visão. Lacan, tentando não reproduzir a burocratização institucional de que acusava a IPA - que o excluía de seus quadros uns dez anos antes -, afirmará que a prática do controle se impõe a todo analista não como uma obrigação proveniente da instituição, mas em decorrência dos efeitos de sua própria análise. Assim, desde 1964, na Escola Freudiana de Paris o controle não é, em si, nem uma obrigação, nem a chave de um percurso de estudos, mas decorre sobretudo da responsabilidade do analista. O controle é então reintegrado ao campo da ética da psicanálise, não submetido a um "tu deves!", mas articulado a um "é meu dever"<sup>4</sup>.

É esse o caminho que exploraremos neste artigo. Antes, porém, nos propomos a mostrar que foi a dimensão superegoica da análise de controle que se impôs gradativamente durante o desenvolvimento do movimento analítico.

Análise de controle em suas origens

Uma das formas iniciais do que nos habituamos a nomear de controle pode ser apreendida das reuniões das quartas-feiras da Sociedade Psicanalítica de Viena, em que os primeiros companheiros de Freud lhe falavam sobre os casos que conduziam para lhe pedir ajuda e conselhos. Desenha-se, então, uma das formas possíveis do controle e, pelos testemunhos que

nos chegaram<sup>5</sup>, ela é claramente uma co-elaboração entre Freud e seus colegas. Esse dispositivo, que podemos reconhecer aqui in *statu nascendi*, tomará uma forma singular com o tratamento conduzido por Max Graf, em 1908, junto a seu filho Herbert, apelidado por Freud de o pequeno

Hans<sup>6</sup>. Freud revelou-se nessa ocasião um "controlador" com bastante tato. Com efeito, ao longo do texto, adverte-nos sobre o perigo de fazer perguntas demais e de ser excessivamente intrusivo: o importante é deixar a palavra ao analisando e não abafar seu discurso com interpretações que visariam encontrar no que se escuta o que já se sabe. Nada de controle ou supervisão aqui, mas uma abertura para o inaudito da fala do pequeno menino.

Com a criação, em 1910, da Associação Psicanalítica Internacional, veremos a prática da supervisão ser codificada e assistiremos à elaboração de um ensino visando pensar a transmissão da psicanálise o mais rigorosamente possível. Nascia um necessário programa de estudo da psicanálise e, com ele, agregando-se à análise pessoal - condição *sine qua non* de qualquer prática analítica - a prática sistemática da "análise de controle". Na verdade, a partir de 1910, a horda um tanto heteróclita, mas com grande liberdade no início, transforma-se pouco a pouco em um rebanho afeiçoado a diplomas e reconhecimento. Isso não se dará sem certa

muito aquém da importância de que essa prática se reveste em nosso cotidiano.

O próprio nome dado a essa prática deve nos interrogar. Análise de *controle!* Etimologicamente, o termo francês *contrôle* refere-se ao duplo: trata-se de um "registro realizado de maneira duplicada para verificação de um outro". Controle refere-se à analidade e à duplicação. Podiam ter escolhido palavra pior para descrever a prática que visa acompanhar um colega desejoso de pensar os desafios e problemas de sua clínica? Os psicanalistas que propuseram substituir o termo "controle" pelo de "supervisão" esperavam, sem dúvida, atenuar essa desagradável dimensão de sujeição. Perda de tempo: a super-visão introduz o olhar em sua dimensão superegoica e, assim, abandonamos o campo da analidade para entrar no da vigilância paranoica. Controle e supervisão implicam, pelas conotações que essas palavras carregam, uma relação hierárquica, até mesmo autoritária e normativa, o que não deixa de levantar problemas quando se está no campo da psicanálise, que, desde seus primórdios, pretendeu ser um empreendimento de desalienação. Mesmo que continuemos a usar, neste artigo, os termos "controle" e "supervisão", uma vez que infelizmente essas expressões estão consagradas, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para o que há de problemático na manutenção dessa escolha e para o conteúdo latente, silenciado de modo excessivamente rápido, que esses dois termos implicam.

Na tentativa de sair da dimensão de alienação a que estão associados os termos "controle" e "supervisão", Lacan falará em 1975 de "super-escuta"<sup>1</sup>. Essa expressão é interessante por lembrar que a análise de controle é, assim como a análise pessoal, muito mais uma prática da escuta do que da visão. Lacan, tentando não reproduzir a burocratização institucional de que acusava a IPA - que o excluía de seus quadros uns dez anos antes -, afirmará que a prática do controle se impõe a todo analista não como uma obrigação proveniente da instituição, mas em decorrência dos efeitos de sua própria análise. Assim, desde 1964, na Escola Freudiana de Paris o controle não é, em si, nem uma obrigação, nem a chave de um percurso de estudos, mas decorre sobretudo da responsabilidade do analista. O controle é então reintegrado ao campo da ética da psicanálise, não submetido a um "tu deves!", mas articulado a um "é meu dever"<sup>1</sup>.

É esse o caminho que exploraremos neste artigo. Antes, porém, nos propomos a mostrar que foi a dimensão superegoica da análise de controle que se impôs gradativamente durante o desenvolvimento do movimento analítico.

#### Análise de controle em suas origens

Uma das formas iniciais do que nos habituamos a nomear de controle pode ser depreendida das reuniões das quartas-feiras da Sociedade Psicanalítica de Viena, em que os primeiros companheiros de Freud lhe falavam sobre os casos que

padronização. Max Graf, aliás, um dos artistas-analistas das primeiras horas, se afastará do grupo nessa ocasião e dirá, em 1952<sup>7</sup>, que se tornara relutante quanto à dinâmica religiosa sobre a qual repousava cada vez mais o funcionamento da associação psicanalítica vienense.

A codificação do dispositivo da análise de controle aparece com a fundação do Instituto de Berlim, que servirá de modelo para aqueles que surgirão em seguida. No relatório de Eitingon, de 1920, sobre o funcionamento da Policlínica de Berlim, o termo "controle" é usado pela primeira vez para designar a vigilância exercida sobre os tratamentos conduzidos por iniciantes.

Confiamos aos alunos que já estão avançados no estudo teórico e em sua análise pessoal um ou mais casos que recebemos em consulta e que convêm a iniciantes, e deixamos os jovens analistas experimentarem sozinhos. Por meio de notas detalhadas que os alunos devem escrever, acompanhamos de perto os analisandos e podemos detectar facilmente a montanha de erros que comete o analista inexperiente. [...] Protegemos os pacientes que são confiados aos iniciantes pelo controle que exercemos sobre seus tratamentos, e estando sempre prontos para retirar o caso do aluno e continuarmos o tratamento nós mesmos...<sup>8</sup>

Podemos nos surpreender com o caráter particularmente autoritário da concepção que aqui se desenha sobre a formação e o acompanhamento dos jovens analistas. No entanto, embora Freud tivesse introduzido em algum momento da história da psicanálise<sup>9</sup> a ideia de que não basta ter sido analisado para ser analista, ele introduziu, para completar essa experiência *princeps*, a noção de formação (*Ausbildung*), formação mais próxima da ideia de interrogação do que da noção de modelo, como já podemos ver na supervisão do caso do Pequeno Hans. Na noção de formação proposta por Freud, havia o cuidado com uma camaradagem, a necessidade de ajudar o sujeito a se libertar de identificações muito alienantes com o analista e de todo superego institucional. A formação não envolvia a duplicação, o modelo, noção que muito rapidamente prevaleceu, como se pode ver pelo relatório de Eitingon. Como sabemos, esse tipo de relação não é muito analítica. Na verdade, pode-se até dizer que é profundamente antianalítica, porque, implicando a conformidade a um modelo introduzido, essa prática postula, favorece e institui uma relação alienante. Ora, a alienação é - ou deveria ser - o contrário mesmo da análise.

Lembremos que Lacan chegou a definir a psicanálise como uma "profilaxia da dependência"<sup>10</sup>. Como indicamos anteriormente, a própria palavra "controle", ela mesma uma palavra imposta e mantida, contém algo dessa dimensão alienante em potencial. Controle significava originalmente: dupla anotação, um registro mantido em dobro ou, na linguagem contemporânea, uma fotocópia. A questão toda é, de fato, saber se se pode - e deve - fazer uma fotocópia de uma análise e, do analista, um fotocopiador!

Seria agradável e reconfortante pensar que essa questão diz respeito apenas aos tempos heroicos do aparecimento dos dispositivos de transmissão da psicanálise e que isso mudou desde então. As coisas não são tão simples, e, para se convencer, basta ler como certos grupos analíticos consideram hoje a questão da formação e do controle que, nesses casos, é particularmente digno desse nome<sup>11</sup>.

Por exemplo, em algumas sociedades, o controlador avalia o paciente para determinar se ele é um bom caso para controle, antes de confiá-lo a um analista em formação. A nosso ver, essa exigência constitui um obstáculo significativo ao processo analítico: ela menospreza a importância que representa para o paciente a escolha de seu analista. Outro exemplo é o do analista que intervém avaliando se seu analisando pode se tornar analista. Não nos deteremos nas questões deontológicas, para não dizer éticas, suscitadas por essa situação. Contentar-nos-emos em assinalar que aqui a neutralidade do analista está mais do que comprometida. Por último, em algumas sociedades, o candidato não tem a escolha nem de seu analista nem de seu controlador. Mais uma vez, as questões transferenciais que sabemos ser essenciais à dinâmica analítica são negadas por ocasião dessa imposição, em prol de uma ortodoxia teórico-técnica que acima de tudo não quer correr o risco da miscigenação. Não continuaremos a listar as diferentes modalidades encontradas; esses meros exemplos são suficientes para indicar que essa questão permanece ainda hoje extremamente viva e atual.

Na verdade, essas modalidades de controle superegoico, que continuam a operar em muitas sociedades psicanalíticas, podem ser teorizadas segundo a preponderância do olhar ou da voz - os dois objetos que operam no superego: o "olhar persecutório" e "a voz grossa". O primeiro aspecto seria ilustrado pela figura do mestre e privilegiária a voz; o segundo, pela figura do inquisidor em que se destacaria o olhar. Essas duas figuras - mestre e inquisidor -, embora tenham em comum o fato de serem manifestações do superego, intervêm segundo duas modalidades muito distintas e se manifestarão, no contexto da supervisão, de maneira específica: por um lado, a imposição de um saber ao sujeito, o que equivaleria a ocupar a posição de mestre; por outro, a suspeita de um saber que seria ocultado pelo sujeito e que conviria arrancar dele, o que corresponderia à posição do inquisidor.

O mestre sabe de antemão a verdade sobre o ser do sujeito e comunica esse saber impondo-o, se necessário, com violência. O mestre acredita na existência de um saber preexistente, que conviria encontrar no outro (paciente ou colega), nem que tenha de ser imposto. A manifestação superegoica institucional corresponde então a: "Tu deves!", "Obedece!", "Entrega-te!". Um "Tu deves!" que nenhuma proposição vem completar. Pura injunção à qual o sujeito não sabe o que responder, pois é incompreensível. Um "Obedece" e um "Entrega-te" que levam o sujeito a se submeter. Aqui, é a dimensão vocal que se coloca preferencialmente em jogo, e Lacan, por ocasião do seminário XVI, não deixou de sublinhar o lugar central que o objeto voz ocupa tanto no masoquismo como no sadismo<sup>12</sup>.

A outra posição, a do inquisidor, pressupõe menos um saber que conviria impor ao sujeito, como supõe o mestre, e mais um saber não sabido ou dissimulado que conviria arrancar do sujeito para

conduziam para lhe pedir ajuda e conselhos. Desenha-se, então, uma das formas possíveis do controle e, pelos

testemunhos que nos chegaram<sup>1</sup>, ela é claramente uma co-elaboração entre Freud e seus colegas. Esse dispositivo, que podemos reconhecer aqui *in statu nascendi*, tomará uma forma singular com o tratamento conduzido por Max Graf, em 1908, junto a seu filho Herbert, apelidado por Freud de o pequeno Hans<sup>2</sup> Freud revelou-se nessa ocasião um "controlador" com bastante tato. Com efeito, ao longo do texto, adverte-nos sobre o perigo de fazer perguntas demais e de ser excessivamente intrusivo: o importante é deixar a palavra ao analisando e não abafar seu discurso com interpretações que visariam encontrar no que se escuta o que já se sabe. Nada de controle ou supervisão aqui, mas uma abertura para o inaudito da fala do pequeno menino.

Com a criação, em 1910, da Associação Psicanalítica Internacional, veremos a prática da supervisão ser codificada e assistiremos à elaboração de um ensino visando pensar a transmissão da psicanálise o mais rigorosamente possível. Nascia um necessário programa de estudo da psicanálise e, com ele, agregando-se à análise pessoal - condição *sine qua non* de qualquer prática analítica - a prática sistemática da "análise de controle". Na verdade, a partir de 1910, a hora um tanto heteróclita, mas com grande liberdade no início, transforma-se pouco a pouco em um rebanho afeiçoado a diplomas e reconhecimento. Isso não se dará sem certa padronização. Max Graf, aliás, um dos artistas-analistas das primeiras horas, se afastará do grupo nessa ocasião e dirá, em 1952<sup>1</sup>, que se tornara relutante quanto à dinâmica religiosa sobre a qual repousava cada vez mais o funcionamento da associação psicanalítica vienense.

A codificação do dispositivo da análise de controle aparece com a fundação do Instituto de Berlim, que servirá de modelo para aqueles que surgirão em seguida. No relatório de Eitingon, de 1920, sobre o funcionamento da Policlínica de Berlim, o termo "controle" é usado pela primeira vez para designar a vigilância exercida sobre os tratamentos conduzidos por iniciantes.

Confiamos aos alunos que já estão avançados no estudo teórico e em sua análise pessoal um ou mais casos que recebemos em consulta e que convêm a iniciantes, e deixamos os jovens analistas experimentarem sozinhos. Por meio de notas detalhadas que os alunos devem escrever, acompanhamos de perto os analisandos e podemos detectar facilmente a montanha de erros que comete o analista inexperiente. [...] Protegemos os pacientes que são confiados aos iniciantes pelo controle que exercemos sobre seus tratamentos, e estando sempre prontos para retirar o caso do aluno e continuarmos o tratamento nós mesmos...

Podemos nos surpreender com o caráter particularmente autoritário da concepção que aqui se desenha sobre a formação e o acompanhamento dos jovens analistas. No

que ele tenha, finalmente, acesso à verdade. O inquisidor, para o bem do sujeito, lembremos, suspeita que este seja um dissimulador. A manifestação superegoica é então um olhar, facilmente qualificável de inquisidor, que escrutina e vasculha a intimidade do sujeito, em quem nada poderia ficar escondido. Esse olhar silencioso sugere: "vejo tudo de ti, sei tudo de ti", excluindo qualquer possibilidade para o sujeito, assim olhado, de constituir um espaço íntimo que possa escapar a esse olhar perseguidor, e excluindo igualmente toda possibilidade de ele tomar a palavra. O supervisor suspeita então que o supervisionando não diz tudo, que parte do material lhe é ocultado, no melhor dos casos por razões inconscientes, não sabidas pelo controlado, no pior, para fazer "boa figura".

A face feroz e obscena do supereu institucional que se exerceria no controle poderia então ser compreendida a partir dessa dialética entre um olhar persecutório e uma voz imperativa. Com efeito, um dos elementos essenciais do supereu é a articulação entre a natureza do julgamento silencioso que o olhar superegoico faz e o fato de que esse julgamento também está associado à dimensão da voz. O que Alain Didier-Weill expressa da seguinte maneira: "O paradoxo do supereu é encarnar o fato de que 'o olho ouve' e que 'o olho fala', com a ressalva de que ele não ouve como o faz o ouvido, e não fala como o faz a boca: se o olho ouve, é adivinhando o pensamento, e se fala, não é supondo o sujeito, mas destituindo-o"<sup>13</sup>.

É inútil insistir na devastação que essas modalidades de controle podem causar! A partir daí, se a situação de análise de "controle" não pode ser a que acabamos de descrever, como pensá-la e o que se pode esperar dela?

Análise de controle: um espaço de trabalho para não esquecer

A tese que sustentaremos é que o encontro entre dois analistas com o objetivo de pensar um momento do tratamento de um analisando promove um espaço de trabalho analítico entre dois colegas visando a uma coelaboração. Esse espaço, assim concebido, constitui-se em um verdadeiro mediador, fazendo pensar e trabalhar os enigmas do discurso do paciente, e os efeitos desse discurso sobre o analista e a dinâmica do tratamento. A partir disso, podemos afirmar que o analista na posição de controlador só pode ajudar o analista que solicita esse momento de trabalho se ele mesmo for capaz de aprender algo com o analista que pediu o controle. É, portanto, uma mudança radical de perspectiva que estamos propondo aqui. O controlador deve ser capaz de se deixar ensinar pelo que escuta no dizer de seu colega. O que então se tornará central na situação de controle será a criação no supervisionando, mas também, e talvez de maneira ainda mais fundamental, no supervisor, da possibilidade de se deixar surpreender: possibilidade que implica não encontrar nas palavras do supervisionado o que já se sabe da psicanálise, mas de se autorizar a reinventar, rigorosamente, a psicanálise com ele e a partir do que ele dela transmite. Em outros termos, se o trabalho de controle tem alguma dimensão analítica, esta é a de colocar em questão os saberes estabelecidos, no analista em posição de controlador e no analista que solicita o controle. Os dois encontram-se então, de fato, em posição de desequilíbrio e de pesquisa. Estamos bem longe da posição de autoridade descrita por Eitingon. A partir daí, como no contexto do tratamento, o questionamento dos conhecimentos, os deslizamentos de sentido, a emergência do que ainda não se sabia e que exige uma nova forma de pensar são características fundamentais na condução das análises de controle. O que nos leva a argumentar que a análise de controle é, acima de tudo, análise, ainda!

A partir disso, podemos ainda acreditar que uma prestação de contas tediosa e pretensamente exaustiva das sessões, a mais fiel possível, dá realmente conta do trabalho de um psicanalista? Claro que não: a única possibilidade de dar conta da análise de um paciente consiste em uma criação que, de fato, procede da própria análise do analista. A situação de controle torna-se então o testemunho do modo como o analista pensa/ressoa depois de a fala do paciente soar nele e do modo como o controlador se coloca no diapasão não para impor seu "lá", mas para resolver no sentido musical - isto é, não dando a resposta, mas fazendo soar os harmônicos das falas escutadas - os enigmas trazidos pelo analista em controle. Os dois psicanalistas pegos no dispositivo podem então fazer valer o que pegaram a partir de sua respectiva escuta.

Com efeito, assim como numa análise, o que está no centro do encontro entre o supervisor e o supervisionando é a questão do enigma. Enigma que, como nos lembra Catherine Muller em seu belo livro *O enigma, uma paixão freudiana*<sup>14</sup>, está no próprio cerne da direção do tratamento. Assim, Freud, em 1905, em seu relato do Caso Dora, nos diz:

A interpretação dos sonhos, a extração de ideias e de lembranças inconscientes das associações do paciente, bem como os outros processos de tradução, são fáceis de apreender; é sempre o paciente quem dá o texto. Mas a transferência, por outro lado, deve ser inferida sem o auxílio do paciente, em função de leves sinais e sem cometer arbitrariedades.<sup>15</sup>

A importância do enigma no tratamento perpassa toda experiência de criação, e a experiência de controle é uma delas.

Como entender, a partir daí, o lugar do controle no dispositivo, não necessariamente de formação ou transmissão, mas naquele, mais essencial, que chamaremos de espaço de re-criação, com a necessária dimensão lúdica que isso implica? Sustentamos, com efeito, que a análise de controle deve permitir que se mantenha viva a questão, o enigma ao qual o sujeito foi confrontado durante seu tratamento. Na verdade, se entendemos o controle não como um dispositivo que visa a produzir o mesmo, mas, ao contrário, que permite colocar em cena um inaudito, somos levados a distinguir dois tipos de análise: aquela que não conduz a se tornar analista e que pode ser esquecida e aquelas que levam a isso e que, nesse caso, não podem ser esquecidas. Mesmo que o método e a teoria subjacente sejam idênticos, esses dois tratamentos têm objetos e finalidades diferentes. No caso em que a análise não leve ao tornar-se analista, pode-se dizer que a análise é aquilo que pode - e talvez deva - ser esquecida. Passei por tal experiência há algumas semanas, quando uma bela jovem me parou na rua e me perguntou animadamente: "Você me reconhece?"

entanto, embora Freud tivesse introduzido em algum momento da história da psicanálise<sup>1</sup> a ideia de que não basta ter sido analisado para ser analista, ele introduziu, para completar essa experiência *princeps*, a noção de formação (*Ausbildung*), formação mais próxima da ideia de interrogação do que da noção de modelo, como já pudemos ver na supervisão do caso do Pequeno Hans. Na noção de formação proposta por Freud, havia o cuidado com uma camaradagem, a necessidade de ajudar o sujeito a se libertar de identificações muito alienantes com o analista e de todo superou institucional. A formação não envolvia a duplicação, o modelo, noção que muito rapidamente prevaleceu, como se pode ver pelo relatório de Eitingon. Como sabemos, esse tipo de relação não é muito analítica. Na verdade, pode-se até dizer que é profundamente antianalítica, porque, implicando a conformidade a um modelo introduzido, essa prática postula, favorece e institui uma relação alienante. Ora, a alienação é - ou deveria ser - o contrário mesmo da análise. Lembremos que Lacan chegou a definir a psicanálise como uma "profilaxia da dependência"<sup>1</sup>. Como indicamos anteriormente, a própria palavra "controle", ela mesma uma palavra imposta e mantida, contém algo dessa dimensão alienante em potencial. Controle significava originalmente: dupla anotação, um registro mantido em dobro ou, na linguagem contemporânea, uma fotocópia. A questão toda é, de fato, saber se se pode

e deve

fazer uma fotocópia de uma análise e, do analista, um fotocopador!

#### Referências bibliográficas

Max Graf, aliás, um dos artistas-analistas das primeiras horas, se afastará do grupo nessa ocasião e dirá, em 1952<sup>1</sup>, que se tornara relutante quanto à dinâmica religiosa sobre a qual repousava cada vez mais o funcionamento da associação psicanalítica vienense.

#### Abstract

This article addresses one of the key stakes of control analysis. Control analysis is at least as important in elucidating the stakes of transference and counter-transference as it is in the possibility of maintaining alive the enigmatic question that the trainee analyst encountered during his/her own analysis and which has made of them an analyst. In the best scenario, this question enables the analyst who chooses to address it to position himself in relation to their group or school in a manner which is less 'institutional' (submission to the institutional superego) than 'insistential' (insisting, in the presence of a handful of others, on the desire which has authorised the passage from the position of analysand to that of analyst) and which allows them to remain an analyst session

Não, eu não a reconheci, então tentei um tímido: "Talvez você seja uma de minhas alunas...". Ela me disse seu nome e então vi, na jovem, a criança de oito anos que eu havia acompanhado por vários meses uma dezena de anos antes.

Ela me disse que se lembrava perfeitamente de mim, mas nada sobre o que levava à necessidade de um atendimento, nem sobre o que havia se passado. Uma nota acrescentada em 1922 por Freud ao relato do tratamento do Pequeno Hans, realizado muitos anos antes, já apontava esse estranho processo de amnésia. Aos 19 anos, Herbert Graf, o agora famoso menino conhecido como Hans, leu o relato que Freud havia feito de seu episódio fóbico ocorrido quando tinha cinco anos e de seu tratamento.

Quando leu a história de seu caso, disse que tudo lhe parecera estranho; não se reconhecia, não conseguia se lembrar de nada [...]. A análise, portanto, não preservara da amnésia o que havia acontecido, mas sucumbira também a ela.<sup>16</sup>

O que esse esquecimento nos indica é que a rememoração proposta pela psicanálise permite que o passado recupere seu status de ultrapassado, possibilitando, assim, esquecer o que preocupava o presente. Afinal, Freud não afirmara já em 1893: "o histérico sofre principalmente de reminiscências"<sup>17</sup>? Parafrazeando o aforismo freudiano citado no início deste artigo, poderíamos dizer: "Ali onde o passado impossível de ser ultrapassado estava, o presente deve advir". É apenas a restituição das reminiscências ao passado que as transforma em lembranças, permitindo que a memória recupere seu funcionamento e, assim, autorize finalmente o esquecimento. Por outro lado, no caso em que a análise leva a tornar-se analista, a análise não pode ser esquecida, porque é na manutenção viva do saber custosamente adquirido no divã que o analista se sustenta. O enigma entrevisto por ocasião do tratamento do analista e o tipo de relação com o saber que ele implica devem permanecer, no melhor dos casos, ativos e não reduzidos a saberes pré-constituídos.

De fato, desde o início de sua vida, o homem é habitado por enigmas. A origem de cada um é um enigma em si, começa com um enigma: de onde vêm os bebês? O enigma do amor e do prazer dos pais moldou cada momento de nossa infância e colore todas as nossas pesquisas e questões fundamentais. Diante desses enigmas que a ela se apresentam, a criança inventa teorias e se esforça para dar certa coerência, certa compreensão ao que sente, vê e escuta. Fica feliz se os pais podem acompanhá-la, apoiá-la em seu desejo de conhecer e de saber, deixando o máximo de espaço para sua criatividade nas pesquisas que faz, naquilo que pode inventar. Assim poderia ser com o analisando. Quando damos uma interpretação excessivamente pedagógica, impomos nossa língua ao analisando, nós o colocamos no compasso de uma elaboração que não é a sua e o obrigamos a se fiar no pensamento de um outro. Exemplos dessa ameaça de alienação são evidentes em todas as abordagens teóricas. Ao pertencer "muito arraigadamente" a uma teoria, o analista muitas vezes cai num mimetismo intelectual que acaba por inibir seu próprio pensamento.

Desenham-se assim duas maneiras de esquecer: o esquecer ligado ao trabalho do tratamento, que restitui seu material ao passado, diferente do esquecer ligado à censura e que pode levar o analista a ceder diante do saber adquirido durante o tratamento. Isso coloca um problema fascinante e uma questão preocupante. Como a inventividade de quem um analisando deu provas desaparece tão amiúde quando, ao se tornar analista, é chamado a falar diante de uma plateia de analistas em sua escola? Em suma, como se explica que as palavras de quem se tornou analista deem a entender que o preço a pagar para poder falar com um "membro pertencente a" envolva frequentemente deixar de se autorizar a fazer uso da inventividade? O que Alain Didier-Weill se propõe a formular da seguinte forma:

Essa tentação de anular o que pode ter sido dolorosamente conquistado no divã é tão frequente que não devemos afirmar rápido demais nossa certeza de ter abraçado a exigência ética do "autorizar-se a si mesmo". Devemos, a esse respeito, distinguir, rigorosamente, o assentimento dado a essa sentença por ela tender a aliviar o analista da carga superegoica advinda da autoridade institucional, do assentimento dado, ao contrário, à assunção da nova carga que recai sobre quem quer que se encarregue, para assegurar sua transmissibilidade, do real posto em jogo no ato de autorizar-se a si mesmo.<sup>18</sup>

Se a supervisão, longe de ser o meio pelo qual o jovem analista é controlado, ou mesmo teleguiado, passa a ser o espaço onde os enigmas continuam a manter seu poder de provocação, continuam a realizar seu trabalho de questionamento, entendemos então que ela pode ser uma modalidade de luta contra o esquecimento da censura, uma forma de continuar a interrogar o que foi "duramente conquistado no divã", e isso, num dispositivo diferente que permite ao analista manter-se analista em seu estilo e pensamento. As questões de controle aparecem então menos como questões institucionais do que "insistucionais", conforme o neologismo proposto por Alain Didier-Weill ao chamar nossa atenção para o fato de que, ali onde a instituição pode reforçar com bastante eficácia os poderes da censura, uma forma de encontro pode permitir que o sujeito insista - daí o "insistucional". De fato, a experiência clínica nos ensina que embora o homem não seja homem da mesma maneira que um gato é um gato, que ele ex-siste, em suma, ele pode igualmente renunciar à significação do que esse prefixo "ex" presentifica, remetendo não apenas à exterioridade, mas também à transcendência. Aqui a distinção entre o eu e o sujeito é essencial. O eu é, o sujeito existe, ele não pode em caso algum ser aprisionado. Um uso suturante da teoria pode, portanto, ser o equivalente a um aprisionamento egoico. A prática do controle nos lembra que, à prescrição freudiana "Wo es war, soll ich werden", é possível responder "Não me tornarei, me submeterei!". O trabalho de controle, assim como o trabalho analítico, consiste então em supor no outro a existência de um sujeito com possibilidade de

after ses-sion, time after time.

#### Keywords

control analysis/supervision; enigma; ethics; forgetting; superego.

[voltar ao sumário](#)

responder, ao "Seja idêntico" da censura institucional, um "Eu me reconheço discípulo e, portanto, em dívida, mas igualmente com possibilidade de falar em nome da descoberta que me anima", de essência eminentemente simbólica e "insistucional". O psicanalista em supervisão, uma vez desidentificado daquilo a que a censura institucional, ou de outra natureza, tentava reduzi-lo, deve poder ser reconhecido não em um significativo, o que mais uma vez o alienaria, mas no próprio processo de significância [*signifiance*].

No entanto, essa mudança de posição não se adquire de forma definitiva. Com efeito, o que nos permite compreender a terrível eficácia da censura? É o fato de que existe no próprio sujeito uma instância mal-dizente em relação a ele mesmo, instância que se encontra no próprio interior da fortaleza e que pode se constituir, às vezes, em um aliado muito eficaz do Outro em sua dimensão persecutória. Essa instância, Freud, em 1923, chamou de supereu. Supereu que, longe de ser apenas herdeiro do complexo de Édipo, revela-se também, e sobretudo, tirânico, amoral e cruel. A partir daí, a meta que esse supereu selvagem nos designa é o próprio gozo. Essa face do supereu arcaico não se constituiu apenas pela introjeção das figuras parentais, mas pela invasão da interjeição, em que o sentido do interdito veiculado por toda fala se vê anulado pelo som penetrante da vociferação parental. Com esse supereu, somos confrontados a um sofrimento, suportado sem resposta possível, ao qual damos o nome de mortificação. A injunção superegoica designa ao eu, mediante seus uivos contraditórios, um lugar insustentável. É esta a fonte de certa dimensão foraclusiva do supereu: em um colapso subjetivo. O supereu em certas condições reduz-se assim a esse outro em mim que não cessa de me mal-dizer e que é impossível calar, porque ele não fala, mas uiva, vocifera, implora, ordena, seduz...

A censura que o trabalho analítico terá conseguido minar pode retornar de várias formas no psicanalista: uma submissão a um pensamento único ou, ao contrário, o desejo de se destacar a todo custo e de recusar todo reconhecimento de dívida (lembremo-nos de Stekel e de alguns outros) nos lembra que embora o analista não se autorize senão de si mesmo, "alguns outros" lhe serão no entanto indispensáveis para navegar entre a Carídis do conformismo censurador e a Cila de uma pseudoinvenção sem fundamento. Esses elementos indicam a especificidade da lógica da psicanálise até mesmo na formação dos psicanalistas. Especificidade que é sua força, mas também sua fraqueza. Força, pelo fato de que a psicanálise jamais será o "prêt-à-porter" da psicoterapia: a transmissão da psicanálise não é a replicação de um modelo, mas a apropriação de um saber e de uma técnica que "condena" o analista, como lembrava Lacan, a ter que "reinventar a psicanálise"<sup>19</sup> com cada uma das pessoas que encontra no âmbito de sua prática: analisando ou colega em controle. Posição impossível, claro, mas que dá uma indicação bastante precisa do que é a orientação freudiana: não a aplicação de um protocolo idêntico para todos, mas a criação de um espaço de encontro, que, ao integrar a subjetividade tanto do analisando como do analista, propõe um dispositivo "sob medida". Fraqueza, à medida que a psicanálise, por não oferecer um protocolo que possa dar lugar à experimentação, dificilmente escapa aos críticos que fazem dela uma pseudociência. A psicanálise, a partir daí, tem de se precaver contra a aridez de uma modelização que gostaria de poder transmiti-la sem restos, esquecendo que nem tudo do real pode ser abarcado pelo simbólico, e contra os desvios da prática, que em nome da necessária "reinvenção" levaram alguns seguidores da obra de Freud a impasses nem sempre isentos de consequências deletérias para os pacientes sobre os quais essas novas formas foram testadas<sup>20</sup>. É precisamente neste ponto que situamos a necessidade da análise de controle, da supervisão.

1 *Contrôle* é o termo comumente empregado em língua francesa para nomear o que

2 A esse respeito, ver o bem documentado e esclarecedor artigo de A. De Mijolla, "Quel

3 J. Lacan J. "Conférences et entretiens dans des Uni

4 Encontramos aqui a tensão e a diferença radical na

5 *Les premiers psychanalystes - Minutes de la Société psycha*

6 S. Freud, "Analyse de la phobie d'un garçon de cinq ans".

7 M. Graf, Entretien du père du petit Hans (Max Graf)

8 M. Eitingon, Rapport de la policlinique de Berlin, *apud* M.

9 S. Freud, La question de l'analyse profane, trad. fr. *Œuvres*

10 J. Lacan, *Le Séminaire, Livre VII, L'éthique de la psychanalyse*,

11 Sendo discreto, optei por não indicar os links para os diversos

12 J. Lacan, *Le Séminaire Livre XVI, D'un Autre à l'autre*, p. 257-259.

13 A. Didier-Weill, *Les trois temps de la loi*, p. 83.

14C. Muller, *L'énigme, une passion freudienne*.

15S. Freud, "Fragment d'une analyse d'hystérie (Dora)", in *Cinq*

16S. Freud, "Post-scriptum à l'analyse de la phobie d'un garçon

17S. Freud, Communication préliminaire. Études sur l'hystérie,

18A. Didier-Weill, *Pour un lieu d'insistance*.

19J. Lacan, *Lettre de l'École* n. 25, Bulletin intérieur de l'École freu

20Ver, por exemplo, a magnífica reconstrução da análise de Marilyn

---

 [voltar ao topo](#)

[voltar ao sumário](#) 



Percurso é uma revista semestral de psicanálise, editada em São Paulo pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae desde 1988.

Sociedade Civil Percurso  
Tel: (11) 3081-4851  
 [assinepercurso@uol.com.br](mailto:assinepercurso@uol.com.br)

© Copyright 2011  
Todos os direitos reservados